



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ELVIS AYRON ROCHA DOS SANTOS

**O ALUNO DEFICIENTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: AVANÇOS E
DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR**

DOURADOS/MS

2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ELVIS AYRON ROCHA DOS SANTOS

O ALUNO DEFICIENTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: AVANÇOS E
DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, junto à Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob a orientação da Prof^a. Me. Ilma Regina Castro Saramago de Souza.

DOURADOS/MS

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELVIS AYRON ROCHA DOS SANTOS

O ALUNO DEFICIENTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: AVANÇOS E
DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA

() MONOGRAFIA

(X) ARTIGO

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Ilma Regina Castro Saramago de Souza

Orientadora

Prof. Dr. Pablo Christiano Barboza Lollo

Professor da Disciplina de Trabalho de Graduação

Prof. Dr. Morgana de Fátima Agostini Martins

Avaliador

DOURADOS/MS

2014

O ALUNO DEFICIENTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: AVANÇOS E DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Elvis Ayrton Rocha dos Santos

RESUMO

O trabalho teve como objetivo compreender o processo de inclusão de alunos deficientes nas aulas de Educação Física. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base no estudo bibliográfico. Foram analisados documentos oficiais, além de outras referências sobre a temática. Observa-se a partir dos movimentos das famílias dos deficientes, das pessoas envolvidas nesta causa e das Políticas Públicas existentes, um grande avanço na história da Educação Especial. A Educação Física tem avançado em discussões a fim de que o deficiente seja, de fato, incluído nas aulas. A Educação Física Adaptada tem sido uma opção nas aulas, pois trata-se de atividades adaptadas às necessidades de cada um, respeitando suas diferenças e limitações. Embora, os avanços sejam perceptíveis quanto ao aluno deficiente nas aulas de Educação Física, observa-se que, ainda, há muitos desafios, pois é necessário que a escola esteja preparada estruturalmente, pedagogicamente e profissionalmente para que a inclusão escolar do aluno deficiente seja efetiva nas aulas de Educação Física Escolar.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Física. Inclusão Escolar.

THE DISABLED STUDENT AT PHYSICAL EDUCATION: IMPROVEMENTS AND CHALLENGES OF INCLUSION

ABSTRACT

This paper aimed the understanding of disabled student inclusion process at the Physical Education classes. It is a qualitative research, based on the available literature. It was analyzed official documents, in addition to others bibliographic sources about the matter. It is noticed a great improvement in the Special Education history, from the disabled family actions, from the people involved in this cause and from the existent Public Policy. The Physical Education has improved on discussions in order that the disabled can be, really, introduced to the classes. The Adapted Physical Education has been a option on classes, once it is about adapted activities for each necessity, seeing their limitations and differences. Even the advances for the disabled student at the Physical Education classes being noticeable, it is clear that there are many more challenges, since it is necessary the school to be structurally, pedagogically and professionally ready so that the inclusion of the disabled student might be done.

Key words: Special Education; Physical Education; School Inclusion.

INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Educação Física foram ofertadas as disciplinas de Educação Especial e Educação Física Adaptada. As disciplinas abordaram panoramas históricos, conceitos e processos referentes ao deficiente, no entanto pelo extenso conteúdo sobre a temática não foram abordados todos os pontos necessários para a compreensão de um futuro professor de Educação Física que pretende manter uma postura inclusiva em suas aulas.

Conhecendo na prática a realidade do deficiente, pois tenho o histórico de deficiência física e mental em minha família, esta temática me motivou a pesquisar mais profundamente sobre a deficiência, direcionando-a para a inclusão escolar do deficiente nas aulas de Educação Física.

Deste modo, este trabalho tem como objetivo geral compreender o processo de inclusão escolar dos deficientes nas aulas de Educação Física Escolar. E, como objetivos específicos: Conhecer o histórico da Educação Especial; conhecer as Políticas Públicas voltadas para a Educação Especial; compreender o processo de inclusão escolar; analisar o processo de inclusão dos alunos deficientes nas aulas de Educação Física, discutindo os avanços e os desafios existentes.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base no estudo bibliográfico com análises de documentos oficiais como a Constituição de 1988, A Lei de Diretrizes e Bases, a Declaração de Salamanca, além de outras referências sobre a temática. Para isso, utilizou-se como referência bibliográfica Flick (2009); Silva e Schappo (2002 apud Strapasson, 2007, p. 54) que pontuam que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade “oferecer maiores informações sobre determinado assunto, facilitar a delimitação de uma temática de estudo, definir os objetivos ou formular as hipóteses” ou, até mesmo “descobrir um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar”.

O trabalho está dividido em quatro subtítulos, os quais abordam a história da Educação Especial; as Políticas Públicas direcionadas para a Educação Especial; o processo de inclusão e as possibilidades de inclusão dos alunos deficientes nas aulas de Educação Física.

Ao concluir este trabalho verifica-se que a Educação Física tem um papel importante na escola inclusiva que sugere ainda que seja nova, caminha junto com movimento de inclusão de alunos deficientes, para o desenvolvimento de aulas participativas livres de barreiras, preconceitos e preparadas para todos os alunos que as frequentam as aulas.

Espera - se que este trabalho possa beneficiar novos conhecimentos sobre a história, as políticas públicas vigentes, além da evolução e os desafios da inclusão escolar dos deficientes nas aulas de Educação Física.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS

A história da educação Especial começou a ser traçada no Século XVI, com médicos pedagogos, que, desafiando os conceitos vigentes até então, passaram a acreditar nas possibilidades educacionais de indivíduos que eram considerados ineducáveis (MENDES, 2010).

No século XVIII foi possível constatar que as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ao ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado (MAZZOTTA, 1995).

As pessoas deficientes vivam a margem da sociedade e em parte grande contribuição para a segregação dessas pessoas se dá ao fato da condição de medo que enfrentamos quando não conhecemos e não entendemos algumas coisas. A falta de conhecimento sobre essas pessoas só servia para afastá-las ainda mais do meio social, outro fato marcante sobre a segregação dos deficientes foi a própria Religião e toda sua força cultural presente na sociedade, colocou o homem como feito a imagem e semelhança de Deus, a própria perfeição, que torna impossível pensar que este homem possa ser visto com qualquer imperfeição.

Principalmente na Europa se deu os primeiros movimentos dos grupos sociais para atender os deficientes numa perspectiva de medidas educacionais. Até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos deficientes: Pedagogia de anormais, pedagogia teratológica, pedagogia curativa ou terapêutica, pedagogia da assistência social, pedagogia emendativa.

No final deste mesmo século houve um retrocesso e os esforços educacionais e o cuidado dos deficientes passou a ser custodiado por instituições. Segundo Mendes (2010) as instituições passaram a ser uma espécie de prisão para marginais.

Somente na metade do século XX com a consolidação de um corpo teórico-conceitual de conhecimento científico, houve um conjunto de propostas pedagógicas e políticas para a organização de serviços educacionais. Para Aranha (2000, apud Mendes, 2010) essa fase foi caracterizada como a da Institucionalização, que se fundamentava na crença de que a pessoa

diferente seria melhor cuidada e protegida se fosse confinada em ambiente segregado e construída a parte da sociedade, sobre o argumento que eles seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se fossem escolarizados em classes ou escolas especiais.

Somente a partir da década de 60 que os grupos e movimentos sociais se intensificaram na conscientização sobre os prejuízos causados pela segregação dos deficientes. Nesse sentido a integração passou a ser a palavra de ordem como a coisa certa a se fazer, partindo do fato de que todas as crianças deficientes teriam os mesmos direitos de participar de todos os programas e atividades propostos para as outras crianças consideradas normas pela sociedade.

Mendes (2010) aponta como benefícios para alunos com deficiências: a possibilidade de experienciar ambientes de aprendizagem mais desafiadores; a oportunidade de observar e aprender com alunos mais competentes; de participar de contextos mais naturais e realistas para promover aprendizagens significativas e ambientes que são mais facilitadores e responsivos.

Na área das pesquisas educacionais, houve grandes avanços científicos, um deles foi entender que os deficientes poderiam aprender. Surge a necessidade de pesquisar e investigar o quê, onde e para quê ensinar a essas pessoas, começando aí a preocupação com a qualidade de vida e com o desenvolvimento da autonomia desses alunos e sua inserção social.

A partir da década de 60 começaram a surgir nos países desenvolvidos muitos princípios que hoje são contemplados na educação inclusiva, que são os princípios da "normalização e integração".

Durante a década de 80, surgira a partir de política de integração escolar uma grande insatisfação a cerca dos resultados obtidos com os princípios da integração, assim nos Estados Unidos iniciativas de reforma como a proposta da "Regular Educational Initiative" proposta por Madeleine Will em 1986, que segundo Mendes (2010) tinha como ponto básico a busca de conjugar os recursos à educação regular e especial a fim de melhor atender estudantes cujas necessidades educacionais eram principalmente acadêmicas.

Na década de 90, houve um avanço maior no contexto histórico que reforçou a ideia de educação inclusiva, que era uma proposta que veio a surgir juntamente com um movimento social mundial denominado "Inclusão Social", que preza em construir uma sociedade democrática, que aceite e reconheça as diferenças, para dessa maneira conquistarem sua cidadania e exercer seus direitos.

Para Mendes (2010) o movimento pela inclusão social e, especificamente, no âmbito da educação, a "Conferencia Mundial de Educação para Todos", ocorrida em Jomtien na Tailândia, em 1990, é considerada como o marco mundial que conclamou todos os países a assegurar o direito à educação de qualidade para todos e a "Conferencia Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade", promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, em junho de 1994, que resultou na deflagração da Declaração de Salamanca, representou importante marco mundial na difusão da filosofia da Educação Inclusiva, a partir do qual ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive o Brasil.

No Brasil a história da educação especial, ou as políticas educacionais para a educação de deficientes, data do final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX. Segundo Mazzotta (1995) foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, mais tarde em 1890 mudando o nome para Instituto Nacional dos Cegos e depois em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto nº 1.320, passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC).

O atendimento especializado para deficientes físico (não sensoriais) com propósitos educacionais foi iniciado em São Paulo na Santa Casa de Misericórdia, em 1932, outra classe especial estadual como Escola Mista do Pavilhão Fernandinho, uma terceira classe foi instalada em 1948 com a nomeação de Francisca Barbosa Félix de Souza, mais tarde em 1950 e 1969, foram criadas mais duas classes especiais para deficientes físicos junto ao Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Em 1º de junho de 1943, a importante instituição especializada na reabilitação de deficientes físicos, o Lar-Escola São Francisco.

A escola é universal e para todos, mas continua a excluir a todos aqueles indivíduos que estão fora dos padrões ditos normais. O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2007).

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devam adequar por meio de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

As escolas regulares, segundo esta orientação inclusiva constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promove a eficiência, numa relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

A Declaração de Salamanca também apela a todos os governos a adotar como matéria de lei ou como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo, e também apela à comunidade internacional que sancionem a perspectiva da escolaridade inclusiva e apoiem o desenvolvimento da educação de alunos com necessidades especiais, como parte integrante de todos os programas educativos.

Ao analisar a Declaração de Salamanca de 1994, constata-se que o enquadramento das ações sobre necessidades educativas tiveram como objetivo estabelecer uma política e orientar os governos, organizações internacionais, organizações de apoio nacionais, organizações não governamentais e outros organismos, afirmar que as escolas devem se ajustar a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, LDB 9.394/96, coloca que a educação dos deficientes deve se dar de preferência na rede regular de ensino.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na área da educação Cap. I, dentre outros, garante a inclusão dos alunos no sistema educacional, da Educação Especial, cuja modalidade educativa deve abranger “a educação precoce, a pré-escolar, as de

1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais com currículos e exigências de diplomação próprias”.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Em 2003 foi implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.(pag. 28)

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais (BRASIL, 2007).

POR UMA ESCOLA INCLUSIVA

A proposta de inclusão, sobretudo na perspectiva da educação inclusiva aparece no início da década de 1990, Sailor (2002 apud MENDES, 2010) aponta que embora tivesse implicações políticas semelhantes às do termo inclusão, seu foco foi mais na escola do que na sala de aula.

Na escola, pressupõe, consensualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente (CARVALHO 1998 apud CIDADE, 2002).

Hegarty (1994 apud RODRIGUES, 2006) conceitua educação inclusiva como o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular. Rodrigues (2006) ao citar Wilson (2002) analisou documentos sobre a inclusão, em particular os provenientes do Center for Studies on Inclusive Education. O autor pontuou que o que se entende por uma escola inclusiva pressupõe uma escola centrada na comunidade, livre de barreiras (desde as arquitetônicas às curriculares), promotora de confrontar os objetivos ambiciosos da EI, e o fato de o termo "EI" começar a dar mostras de certa fadiga, defende que o debate inclusão/segregação tem recebido um interesse excessivo e que é sobretudo necessário investir uma verdadeira Educação para Todos.

O termo diferente tem aparecido muito nos discursos que dizem que a educação inclusiva é apenas para alunos diferentes, nesse sentido Rodrigues (2006) diz que o termo "diferente" é usado com frequência como um *alter nomine* de "deficiente" (sinalização de qualquer problema no aluno).

No contexto mundial, o princípio da inclusão passa então a ser defendido como uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na quais todos conquistariam sua cidadania, na

qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças (MENDES, 2006).

Segundo a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que "as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem" (BRASIL, 1994, p.4). Assim, uma educação inclusiva visa à exclusão de toda e qualquer forma de desvalorização em relação à deficiência, raça, classe social, religião, etc.

Sasaki (1998 apud CIDADE, 2002, p. 9) explicando o paradigma da inclusão diz que "as escolas (tanto comuns como especiais) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo aluno em potencial", ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas, com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc.

O autor diz que muito mais do que o aluno adaptar-se à escola, a escola é que se adapta a seus alunos tornando - se uma escola inclusiva. Desta forma, a escola inclusiva deve promover a acessibilidade, removendo as barreiras arquitetônicas, promovendo a adaptação de mobiliário e produzindo materiais didáticos - pedagógicos adaptados para esses alunos, de acordo com suas necessidades educacionais.

Um dos pilares da educação inclusiva é abolir qualquer forma de exclusão e preconceitos, como Mantoan (2006, p. 16), diz que se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças, da mesma forma que a escola precisa mudar suas práticas excludentes e reconhecer, finalmente que as pessoas não são categorizáveis, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados.

A realidade da escola inclusiva vai muito além de ser apenas a escola para incluir alunos deficientes, e passa a ser muito mais a realidade de excluir o que se exclui, ou seja, abolir toda exclusão social, de raça, deficiências e tornar-se assim um exercício de cidadania capaz de formar cidadãos capazes de respeitar e conviver de forma autônoma e sem preconceitos. Para Moraes (2003 apud SOUZA, 2012, p. 04) a educação "é um processo que só acontece por meio das relações de cuidado na convivência das diversidades".

Educar é viver junto às potencialidades, respeitando as diferenças na aceitação do outro. Dessa maneira a escola deve proporcionar uma educação coerente com a realidade e limitações de cada aluno, e os professores são responsáveis por conceder um ambiente educacional inclusivo e junto com a escola adequar-se à realidade do aluno. De acordo com Mittler (2003 apud SOUZA, 2012, p. 07) a inclusão vai além de simplesmente colocar uma criança na escola, é preciso criar um ambiente onde todos possam desfrutar do acesso e do sucesso no currículo e tornarem-se membros da comunidade escolar e local, sendo desse modo valorizados.

A EDUCAÇÃO FÍSICA, A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO: NOVAS POSSIBILIDADES

As discussões sobre a inclusão escolar têm alcançado diversas áreas educacionais, dentre estas áreas está a Educação Física. Embora estas discussões sejam recentes, alguns estudiosos já identificam as peculiaridades existentes entre a Educação Física, a Educação Especial e a Inclusão Escolar.

Soler (2005) em discussão sobre a temática aponta que por desconhecimento, receio ou preconceito muitos deficientes são excluídos das aulas de Educação Física, ressaltando que, a participação destes alunos é de suma importância para o seu desenvolvimento.

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de educação física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas de integração e inserção social, que levam este aluno a uma maior condição de consciência, em busca da sua futura independência (SOLER, 2005, p. 40).

Duarte (2003 apud AGUIAR, 2005) diz que somente a partir da última década, os cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares, conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais e que o material didático que trata das formas de trabalho com essa população, escrito em nossa língua, é escasso.

Como princípio da Inclusão, Aguiar (2005) diz que a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental - o aluno. Para o autor é preciso deixar de lado qualquer tipo de preconceito com os alunos deficientes, enxergar suas potencialidades e passar a vê-los como pessoas eficientes e capazes, para isso o papel do professor de educação física é essencial.

Neste sentido, as aulas de educação física devem proporcionar um ambiente motivador para com os alunos deficientes. Girdwood e Freitas (2008, apud SILVA, 2010) diz que não basta apenas que tenha essa inclusão dos alunos com deficiência na aula, há também a necessidade de educar ministrando aulas prazerosas que estimulem a cooperação.

Se tratando de educação especial Soler (2005) a conceitua como:

Processo de desenvolvimento global das potencialidades de pessoas com deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referências teóricas e práticas, compatíveis com as necessidades específicas de cada aluno. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores do ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando com sua finalidade, que é a de formar sujeitos conscientes e participativos (SOLER, 2005, p. 01).

Em se tratando de Educação Física e Inclusão, Rodrigues (2003) realizou uma pesquisa na qual considerou um conjunto de ideias feitas e de senso comuns que não correspondem aos verdadeiros problemas sentidos, dessa maneira percebendo uma dimensão de aparências e uma dimensão de constatações. Dividiu esse conjunto em doze questões.

Na dimensão de aparências o autor menciona os fatores em que a Educação Física passa a ser um adjuvante para a construção de uma escola inclusiva citando em primeiro lugar que os conteúdos ministrados em educação física apresentam um grau de determinação e rigidez menor do que outras disciplinas, dessa maneira dispondo de uma maior liberdade para organizar os conteúdos que pretende que os alunos vivenciem ou aprendam nas suas aulas, o que tornaria a educação física uma área curricular mais facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos e conduziria a uma maior facilidade de diferenciação curricular.

Em segundo lugar, a visão que se tem do profissional de Educação Física que desenvolvem atitudes mais positivas face aos alunos que os demais professores, devido aos aspectos fortemente expressivos da disciplina, os professores são conotados como profissionais com atitudes mais favoráveis à inclusão.

Em terceiro lugar a educação física é julgada como uma área importante de inclusão dado que permite uma ampla participação mesmo de alunos que evidenciam dificuldades, ainda que conscientes das dificuldades aptidões específicas de cada um, entende-se que a

educação física é capaz de uma participação satisfatória de alunos com níveis de desempenho muito diferentes.

Quanto às constatações, o autor pontua, que no diz respeito às atitudes mais ou menos positivas dos professores de Educação Física em face de inclusão, que não é encontrada a homogeneidade que as aparências sugerem. Em segundo lugar os aspectos da formação dos professores de educação física em educação especial são pouco direcionados a resolução de problemas concretos de planejamento, intervenção ou avaliação que o futuro professor possa vir a encontrar.

Em quarto lugar o que se encontra é uma dupla genealogia de razões que podem conduzir à exclusão, esta possibilidade de exclusão não é negligenciável, sobretudo se atendermos às taxas de abandono e insucesso escolar.

Segundo Ribeiro (1987, apud Zanella, 2007):

A educação física deve favorecer a qualquer criança, incluindo as com deficiências, o pleno desenvolvimento tendo como parâmetro a capacidade de cada um. Sendo assim o aluno deficiente deve ser incluído também nas aulas de educação física por apresentar necessidade de desenvolvimento motor. Afinal não devemos perder de vista que é uma das principais funções dessas aulas favorecerem o desenvolvimento social e afetivo do qual nenhuma criança pode ser privada (RIBEIRO, 1987, apud ZANELLA, 2007, p. 09)

Nesse sentido, incluir é um desafio e cabe ao professor de Educação Física propor oportunidades não só motoras, sociais e acadêmicas, adaptando-se às mais diferentes realidades, permitindo a participação de todos. Desse modo Zanella (2009) diz que incluir ao indivíduo deficiente nas escolas significa oferecer oportunidades iguais, apesar das diferenças.

Dentre as oportunidades desenvolvidas pela Educação Física está a Educação Física Adaptada. Zanella (2009) diz que a Educação Física Adaptada surgiu como estratégia oficial nos cursos de graduação através da resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, prevendo a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais.

Para Strapasson (2007) a Educação Física Adaptada é considerada, de uma maneira geral, como: atividades adaptadas às capacidades de cada um, respeitando suas diferenças e limitações, proporcionando as pessoas com deficiência a melhora do desenvolvimento global, conseqüentemente, da qualidade de vida.

Gorgatti e Costa (2005 apud Strapasson, 2007) conceitua a educação física adaptada como:

A EF Adaptada é uma parte de EF, cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. Atividades como ginástica, dança, jogos e esportes, conteúdos de qualquer programa de atividade física, devem ser considerados tendo em vista o potencial de desenvolvimento pessoal (e não a deficiência em si) (GORGATTI e COSTA, 2005 apud STRAPASSON, 2007, p. 12).

Rosadas (1989 apud Strapasson, 2007) diz que:

A EF adaptada deve ensinar os alunos a fazer mudanças dentro de si, para conseguir isso, deve-se respeitar a individualidade de cada um, respeitar suas diferenças e limitações, trabalhar suas potencialidades, nunca subestimá-los, vibrar com suas conquistas, motivá-los a dar novos passos e oferecer oportunidades para que eles possam desfrutar da alegria proporcionada pela prática recreativa e esportiva (ROSADAS, 1989 apud STRAPASSON, 2007, p. 12)

Segundo Pedrinelli (2012) o termo Educação Física Adaptada foi definido na década de 50 pela AAHPERD (American Association for Health, Physical Education Recreation and Dance) como:

Um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos adequados aos interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiência que não podem se engajar na participação irrestrita, segura e bem sucedida em atividades vigorosas de um programa de Educação Física geral (PEDRINELLI, 2012, p. 01).

Ao se referir a Educação Física adaptada, Cidade (2009) ao citar Bueno e Resa (1995) considera que os seus conteúdos não se diferenciam da Educação Física, pelo contrário, ela compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente dando a ele novas possibilidades de desenvolvimento, bem como a possibilidade de fazer parte das aulas de Educação Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação especial só teve início quando médicos e pedagogos a partir da década de 1950 começaram a acreditar nas possibilidades de educação para as pessoas que, até então, viviam a margem da sociedade. A exclusão dessas pessoas se dava por preconceitos embasados no medo e receio frente ao desconhecido, já que as principais noções de diferença

estavam ligadas ao ocultismo, ao misticismo e a forte presença dos conceitos que a igreja impunha, colocando o homem a imagem e semelhança de Deus, assim tornando inconcebível aceitar o homem imperfeito.

Mediante manifestações dos familiares dos deficientes e de pessoas ligadas a causa da deficiência, iniciaram - se as lutas por direitos que garantissem ao deficiente o acesso e a permanência na educação. Leis como a Constituição Federal Brasileira de 1988, a Declaração de Salamanca de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, dentre outras marcaram o início do avanço para a Educação Especial.

O Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão escolar.

No contexto específico da Educação Física o que se verifica é que as discussões sobre o deficiente estão cada vez mais em pauta. A Educação Física na escola inclusiva tem um papel importante no desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social dos alunos oferecendo oportunidades iguais de ensino, mesmo diante das diferenças.

Portanto, para que ocorra a inclusão do aluno deficiente nas aulas de Educação Física é preciso que os professores se preparem frente a esta realidade. Um dos avanços quanto a inclusão nas aulas de Educação Física é a Educação Física Adaptada, pois trata-se de atividades adaptadas às capacidades de cada um, respeitando suas diferenças e limitações.

Embora, os avanços sejam perceptíveis, observa-se que os desafios para a inclusão do aluno deficiente nas aulas da Educação Física ainda são muitos, pois por trabalhar com práticas corporais e com os esportes de competição, ainda é presente a ideia de que os deficientes não são capazes de desenvolver tais atividades.

Somado a este, pode-se observar outros desafios como a estrutura física da escola, em alguns casos a escola não possui uma quadra de esporte adequada, a escassez de materiais para as aulas, falta formação de professores na área específica e o comprometimento do sistema educacional para a efetivação das leis vigentes neste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, João Serapião; DUARTE, Édison. *Educação Inclusiva: Um estudo na área de educação física*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200005. Acesso em: 09 de outubro de 2014.

BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Marcos Político - Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2010.

_____. *Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001*. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

_____. *Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC; SEESP; 2007.

_____. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Governo Federal. MEC. Brasília, 2007.

_____. *Plano Nacional de Educação*. 2001. Acessado em: 31/10/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, n. 248, 23 de dez. 1996.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Decreto nº 3.298*, que regulamenta a Lei nº 7.853/89. Presidência da República. Brasília, 1989.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 4.024 em 20 de Dezembro de 1961. Câmara dos Deputados. Brasília, 1961.

CIDADE, Ruth Eugênia. *Educação Física e Inclusão: Considerações para a prática pedagógica na escola*. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, Salamanca-Espanha, 1994.

FLICK, Uwe. *Introdução a Pesquisa Qualitativa*. Trad. Sob a direção de Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar? O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Inclusão Marco Zero: Começando pelas creches*. Araraquara, SP: Junqueira e Marins, 2010.

_____. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 19 de maio de 2014.

PEDRINELLI, Verena Junghaknel. *Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia*. Disponível em: <http://cristiano-torres.blogspot.com.br/2012/08/educacao-fisica-adaptada-conceituacao-e.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

RODRIGUES, David. *A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas*. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, 24/25, 2003.

RODRIGUES, David (ORG.). *Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação Inclusiva*. São Paulo: Summus. 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento*, v.7, n.39. 1998.

SILVA, Queila; ROSA, Marcelo Victor. *A atuação dos professores de Educação Física com alunos deficientes*. Revista Olhar Científico, Faculdades Associadas de Ariquemes. V.01, nº 02, Ago/Dez. 2010.

SILVA, Claudio Silvério da; DRIGO, Alexandre Janotta. *A Educação Física Adaptada: Implicações Curriculares e Formação Profissional*. São Paulo, ed. Cultura Acadêmica. 2012.

SOLER, Reinaldo. *Educação Física Inclusiva na Escola: em busca de uma escola plural*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

SOUZA. Edineia Gonçalves de. (org). *Educação Inclusiva: Igualdade na diferença*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/213525040/Educacao-Inclusiva>. Acesso em: 19 de setembro de 2014.

STRAPASSON, Aline Miranda; CARNIEL, Francine. *A Educação Física na Educação Especial*. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 11, nº 104 - 2007.

ZANELLA, André Luiz et al. *A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência*. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.